

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST39: “Neodesenvolvimentismo” e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais.

O papel do BNDES no financiamento dos negócios da burguesia interna brasileira.

Caio Martins Bugiato

Introdução

O presente trabalho – inserido no projeto temático *Política e classes sociais no capitalismo neoliberal*, do Centro de Estudos Marxistas da UNICAMP – tem como objeto de pesquisa a política econômica do Estado brasileiro de financiamento às grandes empresas nacionais, executada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A hipótese deste trabalho é que nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o governo, por meio dos financiamentos do BNDES, ampliou as atividades e protegeu os negócios da burguesia interna brasileira em disputa com o capital estrangeiro. A política de financiamento do BNDES favoreceu e apoiou a diversificação das participações de tais empresas em vários setores da economia, a reunião de uma grande massa de capitais sob controle delas e o processo de internacionalização de suas atividades. Os financiamentos do BNDES permitiram a essas empresas, tanto no Brasil quanto no exterior, extrair maiores receitas, aumentar seus ativos e criar mais postos de trabalho, fazendo delas conglomerados empresariais. Assim, em uma conjuntura política e econômica singular, na qual o Brasil se encaixa como uma formação social periférica do capitalismo em sua fase neoliberal, trazemos à tona a investigação sobre a política de financiamento do BNDES para as empresas brasileiras.

Para entender as relações da política de financiamento do BNDES com a burguesia brasileira, utilizaremos os conceitos de bloco no poder, fração de classe e burguesia interna, que foram trabalhados por Nicos Poulantzas (1977). O bloco no poder é a unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais – referentes à manutenção das relações de produção capitalistas –, unidade essa que não elimina os objetivos particulares de cada fração. O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios sociais

de produção. Sua unidade é garantida pelo interesse comum às frações de governar direta ou indiretamente o Estado, fazendo com que este atenda suas demandas¹.

Na articulação do bloco no poder há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto por uma fração, a fração hegemônica. A hegemonia é conquistada por meio da capacidade de uma fração fazer prevalecer os seus interesses particulares no interior do bloco no poder, ou seja, é a capacidade da fração de obter a prioridade dos benefícios da política econômica do Estado. A política econômica do Estado provoca a constituição das frações e ao mesmo tempo indica a posição delas no interior do bloco.

A fração que nos interessa nessa pesquisa é a burguesia interna. Não se trata da clássica burguesia nacional, aquela fração autóctone da burguesia que, além de possuir base de acumulação própria na formação social, pode em determinadas conjunturas se lançar à luta antiimperialista e de libertação nacional e de adotar posições que incluem alianças com as classes populares; nem se trata da burguesia compradora, aquela que cumpre o papel de intermediária dos interesses externos no espaço nacional, não tendo base de acumulação própria na formação social. Segundo Poulantzas (1978), a oposição burguesia nacional *versus* burguesia compradora (estrangeira) é insuficiente para caracterizar o bloco no poder. A burguesia interna nos países periféricos ocupa uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional e a burguesia compradora, possui base de acumulação no interior da formação social e também está voltada para o mercado externo e, dependendo da situação, associa-se ou entra em conflito com o capital estrangeiro.

Dada a heterogeneidade complexa da burguesia, nesse trabalho adotamos o conceito de burguesia interna para os proprietários das grandes empresas brasileiras. Notamos que essa burguesia interna a) reúne setores variados dentre extração mineral, agronegócio, usinas, energia elétrica, comunicações, construção civil, comércio, serviços,

¹ A burguesia é uma classe dotada de complexa heterogeneidade. Suas clivagens econômicas se dão pelo setor da economia em que atuam (burguesia agrária, industrial, financeira, etc.), pela concentração e centralização do capital (monopolista, não-monopolista), pelas relações internacionais (burguesia nacional, interna e compradora), dentre outros aspectos. Se tais clivagens propiciam ou não a formação de frações burguesas depende das circunstâncias e da reação desses setores da burguesia frente à política econômica do Estado. Essas clivagens se podem combinar de maneiras variadas e dinâmicas e como base da aglutinação política das frações.

bancos, indústrias, empresas públicas e privadas, transportes e aviação e b) é composta predominantemente por empresas com participação majoritária de capital nacional, o que não exclui empresas internacionais com plantas no espaço nacional. O que unifica setores heterogêneos nessa fração da classe burguesa é a disputa com o capital estrangeiro no Brasil e no exterior. As contradições dentro da burguesia interna (bancos X indústrias, por exemplo) se têm mantido como secundárias, pois esta fração precisa se proteger da concorrência do capital estrangeiro. Entendemos que, apesar de ter interesse em atrair investimento externo, a burguesia interna brasileira se empenha em proteger e ampliar sua posição na economia nacional e no exterior.

O texto está dividido em 4 partes. Nos itens 1 e 2 apresentamos a bibliografia com a qual debatemos e por meio deste diálogo procuramos nos diferenciar dela com a finalidade de ir ao encontro de nossa hipótese. No item 3 mostramos, ainda que de forma superficial, alguns dados das ações do BNDES nos espaços econômicos nacional e internacional. No item 4 faremos breves considerações parciais, uma vez que esta pesquisa está em andamento.

1.A tese sobre o fim das burguesias nacionais e a formação da burguesia mundial.

A crescente internacionalização do capital das últimas décadas trouxe à baila a questão das burguesias nacionais. Estas, que historicamente se constituíram e agiram principalmente no espaço de seus respectivos Estados nacionais, estariam, segundo alguns autores, extintas devido a um processo de unificação e integração da burguesia em escala mundial. Tal processo, sustentam esses autores, teria sido fruto da financierização do capital, aliada à expansão e intensificação das atividades das bolsas de valores.

Segundo o economista Jorge Miglioli (1998), dentro dos países, a financierização teria eliminado as diferenças setoriais entre frações da burguesia (rurais, industriais, comerciais, bancárias, etc.): um único capitalista, em busca de redução do risco de seus investimentos, poderia ser dono de ações de empresas operando em diversos setores, o

que formaria uma burguesia unificada. “De qualquer modo, a crescente financierização do capital patrocina a unificação cada vez maior da burguesia dentro de um país” (MIGLIOLI, 1998, p.41). Entre países, a financierização teria dado origem a um fluxo recíproco de investimentos entrelaçando as burguesias nacionais. Ademais, o enorme volume de capital gerado desde o pós-guerra e a organização de grandes empresas em sociedades anônimas teriam resultado em uma concentração de capital financeiro sob a forma de ações. Assim, a burguesia mundialmente integrada teria uma massa de recursos financeiros ao seu dispor.

Assim como acontece com os mercados nacionais e os Estados nacionais, também as diversas burguesias tendem a unificar-se. E isto em dois sentidos. Primeiro, a burguesia perde seu caráter setorial: ela deixa de ser industrial ou comercial ou bancária etc. para converter-se em burguesia "global", cuja característica principal é o fato de ela manter seu capital sob a forma financeira e investido em múltiplas atividades. Segundo, a burguesia também aplica (especialmente através do mercado de títulos) seu capital em diferentes países e assim se internacionaliza. Isto não quer dizer que as empresas se unificam e a concorrência entre elas se reduza na medida em que a burguesia se globaliza e internacionaliza. Para concluir, é preciso acrescentar (embora temerariamente) que a tendência capitalista à globalização supera (no sentido do verso alemão *aufheben*, que significa ao mesmo tempo abolir, preservar e elevar) o conhecido imperialismo. O mundo continua dividido em países dominantes e dominados. Mas cada país dominado já não está ligado especificamente a um país dominante; embora isto ainda exista em parte, a tendência é no sentido da internacionalização da dominação: o domínio é exercido pela burguesia internacional como um todo, e não mais por esta ou aquela burguesia nacional (MIGLIOLI, 1996, p.142).

William Robinson (2007) corrobora essa tese. De acordo com Robinson, a internacionalização do capital, entendida por ele como globalização – a unificação das economias nacionais em um só sistema de produção global além dos Estados nacionais –, teria criado um espaço transnacional de formação de classe, cujas coordenadas já não seriam mais nacionais. As antigas burguesias nacionais se teriam internacionalizado na mesma medida que o circuito da produção capitalista. O capital, livre das barreiras territorial dos Estados devido aos avanços tecnológicos, teria aberto caminho para a

formação de uma burguesia mundialmente integrada, o que Robinson define como *Transnational Capitalist Class*, solapando as fronteiras nacionais como *locus* predominante de formação de classe. “A medida que las estructuras productivas nacionales se integran transnacionalmente, las clases mundiales [...] experimentan una integración supranacional con clases ‘nacionales’ de otros países” (ROBINSON, 2007, p.60).

Segundo outro autor, Kees van der Pijl (1998), afora a internacionalização do capital das últimas décadas, que integraria as burguesias nacionais, outro fator seria importante para a formação dessa burguesia mundial. A instauração de fóruns internacionais, como o Fórum Econômico Mundial, teria proporcionado uma coesão de interesses entre as burguesias. Esses fóruns seriam espaços onde acionistas e dirigentes de grandes empresas privadas, assim como funcionários do alto escalão dos Estados dos países centrais do capitalismo, reunir-se-iam com a finalidade de organizar ações conjuntas. Esses espaços de planejamento seriam de vital importância para amenizar os conflitos intra-burgueses e para por em prática ações coesas. Van der Pijl denomina essa coesão da burguesia em escala mundial de unidade atlântica, uma vez que seria composta majoritariamente pelas burguesias norte-americana e européia.

Contudo, nesse trabalho destoamos da tese da formação da burguesia mundial. Consideramos que existe na formação social brasileira uma fração burguesa que podemos caracterizar com uma burguesia interna, a qual possui base de acumulação de capital no território brasileiro, solicita proteção do Estado nacional e ao mesmo tempo depende, também, do mercado externo para realizar seus lucros. Isto é, no caso brasileiro a burguesia não foi subsumida pelo capital financeiro internacional.

2. Continuidade *versus* ruptura entre o governo FHC e o governo Lula².

² Consideramos que existem diferenças no governo FHC, entre seus dois mandatos, assim como entre os mandatos do governo Lula. Contudo, apresentamos aqui, em linhas gerais, a comparação entre os dois governos, sem entrar no caráter de cada mandato.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial em 2002 suscitou expectativas de ruptura com o modelo econômico neoliberal adotado pelos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso (FHC). As expectativas se deviam ao programa original e à trajetória do Partido dos Trabalhadores, nascido do movimento sindical e considerado por vezes o maior partido de esquerda do mundo, assim como a sua atuação na política brasileira, de ferrenho crítico das políticas econômicas dos governos anteriores.

A frustração dessas expectativas trouxe à tona uma bibliografia que sustenta a existência de uma continuidade, sem alterações significativas, do modelo econômico neoliberal no governo de Lula. Esse é o caso de autores como Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007) e Leda Paulani (2008). Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), o governo Lula teria dado continuidade ao modelo liberal periférico³ ao manter a mesma política econômica do governo anterior. Lula teria mantido as metas de inflação, as políticas de ajuste fiscal, a política fiscal de mega-*superávit* primário, a política monetária de juros elevados, o câmbio flutuante e providência alguma teria sido tomada para evitar a queda dos salários reais. De acordo com Paulani (2008), o governo neoliberal de Lula teria conservado a taxa real de juros da economia como a maior do mundo, sua política cambial teria facilitado o envio de recursos ao exterior, a Lei de Falências implementada em seu governo teria dado primazia aos créditos financeiros em detrimento dos trabalhistas e a independência do Banco Central já teria sido posta em prática por meio de reformas na constituição.

De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), a continuidade do modelo econômico se teria dado pela reforma da previdência dos servidores públicos, pelo processo inicial de reforma sindical e pela previsão de necessárias reformas trabalhistas. O governo Lula teria desencadeado uma nova fase no processo de privatização, ao aprovar a lei das chamadas parcerias público-privado (PPP), uma vez que o mega-*superávit* primário teria reduzido a capacidade de investimento do Estado. Além disso, a

³ O modelo liberal periférico se estrutura a partir da liberalização das relações econômicas internacionais, da privatização de empresas estatais e da desregulação do mercado de trabalho. Seu caráter periférico se dá pela posição subalterna que o país ocupa no sistema econômico internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. O modelo tem na sua dinâmica macroeconômica a dominância do capital financeiro (FILGUERAS e GONÇALVES, 2007).

política econômica de Lula teria perpetuado o atraso ao promover a inserção internacional do país apoiada principalmente em *commodities* e produtos industriais de baixo e médio-baixo conteúdo tecnológico.

Os bons números da economia brasileira no governo Lula teriam sido fruto de uma conjuntura internacional favorável, que teria beneficiado o país em seus resultados na balança comercial. A desvalorização cambial de 2002, a elevação dos preços das *commodities*, o crescimento das economias estadunidense e chinesa e a recuperação da economia argentina seriam alguns dos principais fatores que teriam propiciado ao Brasil “surfear na onda” da economia mundial. É nessa conjuntura propícia que o governo Lula teria consolidado o modelo econômico herdado de FHC e teria continuado a atender por meio de sua política econômica os interesses do capital estrangeiro.

O fato relevante é que o governo Lula reafirmou a política econômica herdada do governo anterior e, apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 24).

Por outro lado, em *Brasil, a construção retomada*, Aloisio Mercadante (2010) defende outro ponto de vista. Para o senador petista, a vitória de Lula em 2002 teria sido uma vitória das forças políticas de resistência ao neoliberalismo, marcando uma ruptura com o governo FHC. Mercadante enfatiza radicais diferenças que existiriam entre os governos Lula e FHC. No governo petista, o crescimento econômico teria tido uma taxa média de expansão do PIB de quase o dobro da média histórica das últimas duas décadas; a estabilidade econômica teria sido atingida dentro dos limites estabelecidos das metas inflacionárias e inferiores ao governo FHC; a distribuição de renda teria tido os melhores índices de todos os 60 anos da história do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com a retirada de 20 milhões de pessoas da linha de pobreza (destacando a recuperação do poder de compra do salário mínimo e os programas Fome Zero e Bolsa Família); a democracia se teria consolidada, no que diz respeito à liberdade de imprensa,

à separação e harmonia entre os três poderes, à transparência e controle social das instituições governamentais e à participação social nas políticas públicas; e o Brasil teria adquirido um protagonismo internacional ao estar presente nos fóruns mundiais relevantes, articulando interesses dos países periféricos e afirmando seus interesses nacionais, como no Mercosul, União das Nações Sul Americanas (UNASUL) e G-20 (Grupo do 20, grupo de “países emergente” que concentra sua atuação em questões da agricultura mundial).

Segundo Mercadante (2010), o primeiro mandato de Lula teria sido “para arrumar a casa”. Teria havido massivo apoio ao setor produtivo por meio do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (bancos que não teriam sido privatizados pela recusa de Lula), o que teria gerado estabilidade econômica e empregos. Teria havido aumento na participação do comércio mundial e vultosos *superávits* comerciais teriam sido atingidos, com crescimento de 228% das exportações entre 2002 e 2008, transformando o Brasil no terceiro maior exportador de alimentos e matérias-primas agrícolas do mundo. Mercadante destaca ainda a reforma da previdência, que teria sido importante para eliminar privilégios e corrigir distorções, o que teria permitido maiores investimentos do Estado na geração de empregos. Assim sendo, no segundo mandato de Lula, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teria representado a retomada do crescimento da economia brasileira, monitorado pelo Estado, inaugurando um novo modelo econômico no país, chamado pelo autor de Novo Desenvolvimentismo.

As realizações conseguidas ao longo do governo Lula, especialmente no seu segundo mandato, comprovam, como ficará demonstrado nesse livro, que esse governo implantou um novo modelo econômico e social no Brasil, muito distinto do anterior. Gerou-se, de fato, um Novo Desenvolvimentismo centrado na distribuição de renda, inclusão social e combate à pobreza, que não frustrou as expectativas geradas pela candidatura da mais importante liderança popular do Brasil (MERCADANTE, 2010, p. 37-38).

Nesse trabalho entendemos que a bibliografia que afirma a continuidade entre os governos não enxergou as reformas promovidas pelo governo Lula dentro do modelo. Não aceitamos a tese da continuidade, mas igualmente não concordamos com a tese da ruptura de Mercadante (2010). De acordo com nossa hipótese, o que ocorre no governo Lula é uma reforma dentro do modelo, cujas políticas passam a atender melhor as demandas da burguesia interna brasileira.

3.O BNDES e a burguesia brasileira

As mudanças ocorridas no BNDES nas últimas duas décadas são importantes para entender a nova posição que a burguesia interna brasileira ocupa no bloco no poder.

Após ter sido a principal entidade financiadora e gestora do processo de privatização de empresas estatais brasileiras na década de 1990(ALEM, 1997), ao BNDES foram conferidas mais autonomia e agilidade por meio de decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso que aprovou o novo estatuto do banco em 2002. As modificações no estatuto criaram a BNDESPar (BNDES Participações) e a FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos Industriais), subsidiárias do banco cujo objetivo é captar recursos para apoiar o crescimento e a internacionalização das empresas brasileiras⁴. A partir de 2003 o presidente Lula continuou com as alterações no estatuto do BNDES⁵. O banco passou à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, podendo instalar e manter escritórios, representações ou agências no Brasil e no exterior. Dessa forma o BNDES se tornou o principal instrumento financiador da política de investimento internacional. Dentre as mudanças, destacam-se no novo estatuto os incisos II, III e VI:

⁴ Entendemos por empresa brasileira ou nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades. Entendemos por grande empresa aquela que possui grande centralização e concentração de capitais sob seu controle.

⁵ As primeiras mudanças no estatuto social do BNDES aconteceram no final do mandato de FHC, porém, ao nosso ver, foi ao longo do governo de Lula que foram feitas as alterações para possibilitar o banco a atuar com mais agilidade no cenário internacional.

[...] II - financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País;

III - financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação; [...]

VI - contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina. (DECRETO, 2002).

Nos últimos anos no espaço econômico nacional o BNDES vem aumentando sua influência na economia por meio de processos de participação e de fusão e de aquisição de empresas, feitos pela BNDESPar. O banco participa do capital de empresas como Petrobras, Vale, Eletrobrás, CPFL e Oi, bem como de pequenas e médias empresas de base tecnológica. O BNDES tem ações de 58 empresas, das quais é sócio, e cadeiras em 28 conselhos de administração e em nove conselhos fiscais. (RODRIGUES, 2011),

Entre 2009 e 2010 o banco esteve envolvido em 64 operações de fusão e aquisição, seis vezes mais que no biênio anterior. Muitas das empresas que protagonizaram fusões tinham o BNDES como sócio. É o caso da Votorantim Celulose e Aracruz, que formaram a Fibria, e da Perdigão e da Sadia, que se uniram na Brasil Foods. O banco participa nas duas empresas resultantes com 30% e 2,5%, respectivamente. A Bematech e a Totvs, empresas que BNDES começou a impulsionar ainda em estágio inicial, tornaram-se bem sucedidas em seus ramos graças às aquisições apoiadas pelo banco (RODRIGUES, 2011).

No espaço econômico internacional, em relação à internacionalização de empresas, o BNDES, com linhas de crédito e participação acionária, promoveu o investimento das empresas brasileiras no exterior. É expressivo o número de empresas nacionais que atuam no exterior que possuem a BNDESPar como acionista; compreendem setores como agropecuária, energia elétrica, telecomunicações, mineração, bancos, papel, petroquímica, siderurgia, transportes e aviação. Em 2010 a BNDESPar tinha porcentagem no capital de: América Latina Logística (12,21%), Gerdau (3,50%), Banco do Brasil (2,43%), Itaú Holding (0,25%), JBS Friboi (17,32%), Bradesco (0,25%), Klabin (20,25%), Brasil Foods (2,55%), Light (22,96%), Brasil Telecom (2,20%),

Marfrig (13,89%), MPX Energia (2,60%), Braskem (5,55%), CEG (34,56%) , CPFL Energia (8,42%), Petrobrás (7,66%), Cia. Siderúrgica Nacional (2,10%), Eletrobrás (18,50%), Embraer (5,37%), Vale S/A (5,34%) e Fibria (30,42%), entre outras (VALDEZ, 2011).

No exterior o BNDES tem dado suporte às aquisições das empresas brasileiras. No Uruguai, a Marfrig e a JBS Friboi controlam cerca de 70% da exportação da carne uruguaia. Na Argentina, a Petrobras adquiriu a Pecom e se tornou o segundo grupo econômico do país no setor de petróleo e gás; a Ambev comprou a Quilmes; a Camargo Correa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra; e a JBS Friboi adquiriu as unidades da Swift na Argentina, tornando-se o maior frigorífico do mundo. No Peru, a Votorantim (hoje Fibria) comprou a maior mineradora do país, MinCo, que tem 66% das jazidas nacionais; a Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica peruana; e a Petrobras/Pecom é a segunda maior produtora de petróleo no país (NOVOA, 2009). Afora, O banco criou uma subsidiária em Montevideu para tratar da América do Sul.

A América Latina é o mercado principal de atuação das grandes empresas brasileiras. Dos US\$ 56 bilhões em ativos produtivos no exterior que as empresas brasileiras tinham em 2006, metade se traduzia em investimento na América Latina. Apesar do investimento direto brasileiro representar apenas 2,3% dos investimentos mundiais, na América do Sul a participação do investimento direto⁶ brasileiro vem crescendo ano após ano. Como aponta a pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias, a estratégia das empresas brasileiras para a região tem sido a implementação de novas plantas (*greenfield projects*). Dos 20 maiores projetos de novas plantas das empresas brasileiras, 14 se concentram na América do Sul e um na América Central (IGLESIAS, 2007).

O BNDES não apóia apenas empresas, mas também projetos de infra-estrutura. O aumento tanto dos fluxos de investimento quanto dos de comércio sul-sul confirmam a

⁶ “(...) considera-se um investimento estrangeiro como investimento direto quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito de voto numa empresa. Esse critério, embora arbitrário, foi adotado porque estima-se que tal participação seja um investimento a longo prazo, permitindo a seu proprietário exercer influência sobre as decisões de gestão da empresa. Já um investimento estrangeiro inferior a 10% será contabilizado com investimento em carteira” (Chesnais, 1996, p.33).

particular relevância de uma estratégia de internacionalização associada aos projetos de integração regional. A IIRSA (*Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana*) é um projeto conjunto de doze países da América do Sul para a construção de uma infra-estrutura de comunicações, transportes e geração de energia que constitui um sistema de circulação de capitais e mercadorias, permitindo dessa forma enlaçar as economias regionais ao mercado mundial. A IIRSA é um projeto de integração do mercado sul-americano para lhe dar maior competitividade em relação a outras regiões (ALEM e CAVALCANTI, 2005).

A política de financiamento do BNDES repercute na disputa dos partidos brasileiros. Na disputa eleitoral de 2010 para a presidência da república, as grandes empresas que têm operações com o BNDES doaram à campanha da candidata Dilma Rouseff (PT) R\$61.666.750,00, enquanto que as doações das mesmas empresas para a candidatura de José Serra (PSDB) foram em torno de metade desse valor, R\$33.615.104,14 (destaque para as doações exclusivas da Odebrecht, da Vale e da Alusa para a candidata petista) (VALDEZ, 2011).

A disputa também passa pelo *modus operandi* no BNDES. Sobre o banco, Serra declarou que

Se for para formar capital novo num setor que for fundamental, eu não sou contra... não sou contra uma empresa comprar a outra, mas você vai dar dinheiro público subsidiado? Todos os contribuintes do Brasil vão pagar para uma empresa comprar outra? Não tem sentido (DISCURSO, 2010).

Por outro lado, Lula afirmara que

Menosprezar as interações estratégicas entre políticas públicas e atividade produtiva do setor privado custou ao Brasil um oneroso apagão elétrico no passado recente. (...) O BNDES está tão grande que tem gente reclamando que o banco está emprestando dinheiro subsidiado para o setor privado. O BNDES existe para financiar a indústria brasileira e quanto mais baixos os juros, melhor (DISCURSO, 2010).

Os posicionamentos de Lula e Serra são representativos da nova política de desenvolvimento, aplicada pelo PT. Se Serra tenta inibir a política do BNDES, Lula ressalta o ponto positivo do banco, de financiador do crescimento da economia brasileira. Essas posições refletem a hipótese do projeto temático, na qual o PSDB, na figura dos governos FHC, compactua com os interesses do capital estrangeiro, enquanto o PT, nos governos Lula, atende às demandas da burguesia interna brasileira.

4. Considerações parciais

Entendemos que no bloco no poder brasileiro não ocorre a eliminação das diferenças setoriais das frações da classe burguesa, nem mesmo a integração completa ao capital financeiro internacional. Rejeitamos tanto a tese sobre a continuidade entre os governos FHC e Lula, quanto aquela que afirma uma ruptura entre eles. Apontamos para uma mudança limitada dentro do modelo econômico neoliberal, no qual a burguesia interna teve suas demandas atendidas pela política econômica do governo Lula.

A burguesia interna brasileira se empenha em proteger e ampliar sua posição na economia nacional e no exterior. Para isso conta com a ação ativa e protetora do Estado, como ocorre nas ações do BNDES. o Estado brasileiro, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, deu mais atenção às demandas da burguesia interna ao promover uma política econômica de crescimento das empresas nacionais e uma política de financiamento de seus investimentos no exterior. A burguesia interna, integrante do bloco no poder, melhorou sua posição no interior desse bloco, hegemônico pelo capital estrangeiro na década de 1990.

Referências bibliográficas

ALEM, Ana Claudia. BNDES: papel, desempenho e desafios para o futuro. **BNDES**, 11/1997. Disponível em: <
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/199711_5.html > Ultimo acesso em: 12/10/2011.

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: algumas reflexões. In: **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, Dez. 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

AMARAL, Oswaldo. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. In: **Cadernos Cemarx**, n. 4. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 2007.

BOBBIO, Norberto (et. al.). **Marxismo e Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1991

BOITO Jr., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro: Revan, nº17, 2003.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: **Idéias**. Campinas: IFCH/Unicamp, ano 09, vol.1, nº 1, 2002.

_____. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.

CAMPOS, Pedro H. Pereira. As Origens da Internacionalização das Empresas de Engenharia Brasileiras. In: **História e Luta de Classes**, N. 06. Marechal Candido Rondon: Líder, 2008.

CARDOSO, F. ;FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1986.

CHESSNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996

CHESNAIS, François (et. al.). **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

COUTINHO, Luciano; BORGES, Bráulio Lima. A consolidação da estabilização e o desenvolvimento financeiro do Brasil. In: FERREIRA, Francisco M. R.; MEIRELES, Beatriz B. (orgs.). **Ensaio sobre economia financeira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

DECRETO. **Decreto nº 4.418**, de 11 de outubro de 2002 aprova o novo Estatuto Social do BNDES.

DISCURSO. Lula diz que críticas ao BNDES são descabidas. **Agência Estado**, 23/08/2010. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,lula-diz-que-criticas-ao-bndes-sao-descabidas,32660,0.htm> >. Último acesso em: 07. set. 2011.

DISCURSO. Serra critica 'privatizações' e se irrita com jornalista. **Correio Popular**, 20/06/2011. Disponível em: < <http://correiodobrasil.com.br/serra-critica-privatizacoes-do-governo-e-se-irrita-com-jornalista/166646/>> . Último acesso em 07. Set. 2011.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e Bloco no Poder. In: **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro: Revan, nº28, 2009.

_____. Sobre a questão das frações da classe dominante. In: **Cadernos Cemarx**, n. 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. 2004.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVEZ, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virginia. O Imperialismo Brasileiro. In: **Transnacionais Brasileiras: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GARCIA, Ana Soggioro. Empresas Transnacionais Brasileiras: dupla frente de luta. In: **Transnacionais Brasileiras: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IGLESIAS, Roberto. **Os Interesses Empresariais Brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior**. Brasília: CNI, 2007.

LIMA, M. R.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action and responsibilities. In: **International Affairs**, vol. 82, nº 1, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.

MERCADANTE, Aloizio. **Brasil, a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MIGLIOLI, Jorge. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. In: **Crítica Marxista**, n. 22. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

_____. Globalização: uma nova fase do capitalismo?. In: **Crítica Marxista**, n. 03. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MORAGA, Enrique Gomariz. **O Estado nas Sociedades Dependentes: o caso da América Latina**. Lisboa: Presença, 1977.

NOVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “Desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: **Transnacionais Brasileiras: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lenin. In: **Novos Estudos**. N. 75. CEBRAP: Julho de 2006.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PILJ, Kees van der. **Transnational classes and international relations**. Londres: Routledge, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos; MILIBAND, Ralph. **Debate sobre o Estado Capitalista**. Porto: Afrontamento, 1975.

RIBEIRO, F.; LIMA, R. **Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas**. [S.l.]: Relatório Final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

ROBINSON, William. **Una teoría sobre el capitalismo global**. Bogotá D.C.:Ediciones desde abajo, 2007.

RODRIGUES, Alexandre. BNDES avança em fusões de empresas. **Agência Estado**, 01/04/2011. Disponível em < <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-avanca-em-fusoes-de-empresas,64975,0.htm> > Último acesso: 07. Set. 2011.

SAES, Decio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP , 1994.

_____. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2001

SOBEET/Valor Econômico. **Multinacionais Brasileiras**. São Paulo: Valor Econômico, 2010.

VALDEZ, Robinson. 2011. **A internacionalização do BNDES no governo Lula**. 2011.132f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VELASCO E CRUZ, S. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.